



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



DESPACHO

Senhor Assessor Jurídico,

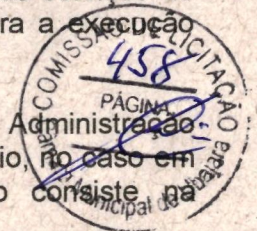
Submetemos à apreciação de V. Sa., o contrato n.º **2022.07.26.01** firmado por esta Câmara Municipal, com a empresa **FRANCISCO CLAUDIO DE MELO - ME**, pelo valor global atualizado de **R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais)**, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA/CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES**, decorrente do processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS n.º 001/2022-TP, conforme justificativas que seguem:

CONSIDERANDO o decurso do prazo de vigência do contrato, que por si só já caracteriza a situação de vantajosidade, tendo em vista a manutenção do valor originalmente contratado, restando comprovada a vantajosidade de se continuar com a prestação dos serviços objeto contratual, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em pauta;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de conservação de todo o acervo documental do Poder Legislativo Municipal, contemplando a guarda, conservação e digitalização do mesmo, visando resguardar o patrimônio público documental do presente órgão desta feita aprimorando os procedimentos de transparência cumprindo os dispositivos da Lei Federal n.º 12.527/2011 - Lei da Transparência, a digitalização de documentos para atendimento à legislação alcançou status de “serviço essencial”, sendo que não foi possível a conclusão da Gestão de Documentação e Digitalização de todo o Acervo Físico da Câmara Municipal, fazendo-se mister a prorrogação contratual para atendimento da demanda de interesse público, sendo portanto comprovado que os serviços objeto contratual cuidam da execução de atividades essenciais, indispensáveis e necessárias para a Administração a serem feitas de forma permanente, ininterrupta e contínua;

CONSIDERANDO Resposta a Consulta Técnica, datada de 26.02.2018, da lavra da Diretoria de Assistência Técnica e Planejamento - DATEP, através da sua Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios - COTEM, órgão assessorio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE, inclusive apontando como fundamento o acolhimento integral da **Informação Técnica n.º 111/01** - Processo n.º 2.715/01 - Interessado: Prefeitura Municipal de Amontada-CE, onde resta indubitavelmente comprovado de forma pacífica o entendimento de que os Serviços de “Digitalização”, enquadram-se no rol de serviços de natureza contínua, onde sua interrupção/paralisação causaria prejuízo para a execução das Atividades Administrativas de natureza contínua e,

CONSIDERANDO que a Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na





CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de recursos orçamentários. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irá existir recursos para efetivação destes serviços, restando comprovada que a prorrogabilidade do contrato em pauta encontra-se assegurada pelo disposto no inciso II, do art. 57, da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório e contratual. Assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Tendo em vista que os serviços prestados são essenciais e indispensáveis para o bom andamento das atividades do legislativo municipal e que seu vencimento dar-se-á em 26 de Julho de 2023, solicitamos que seja analisada a possibilidade da prorrogação do referido contrato, apresentando-nos parecer fundamentado e conclusivo sobre o assunto.

UBAJARA - CE, 17 de Julho de 2023.

FILIPE DE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE





CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



PARECER JURÍDICO

Senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE,

Vem a esta assessoria jurídica para exame e parecer fundamentado sobre a prorrogação de prazo do contrato n.º **2022.07.26.01** firmado por esta Câmara Municipal, com a empresa **FRANCISCO CLAUDIO DE MELO - ME**, pelo valor global atualizado de **R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais)**, com prazo de vigência até 26 de Julho de 2023, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA/CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES**, decorrente do processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS n.º 001/2022-TP.

O referido contrato contempla serviços a serem executados de forma contínua, consultados os interesses da Administração e, considerando a manifestação de interesse da contratada, bem como o decurso do prazo de vigência do contrato, que por si só já caracteriza a situação de vantajosidade, tendo em vista a manutenção do valor originalmente contratado, restando comprovada a vantajosidade de se continuar com a prestação dos serviços objeto contratual, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo ter seu prazo prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme estabelece o artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, **in verbis**:

“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.”

No tocante a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, o Tribunal de Contas da União - TCU, com fulcro no **Acórdão 1214/2013-Plenário, TC 006.156/2011-8, relator Ministro Aroldo Cedraz, 22.5.2013**, inovou ao emitir o **Informativo n.º 153/2013**, onde resta pacífico o entendimento do TCU quanto à desnecessidade da realização de nova-pesquisa de mercado, no caso de eventual prorrogação contratual de serviços de natureza contínua, sendo tal medida tida como custosa e burocrática, tendo em vista que a manutenção do preço originalmente contratado por si só caracteriza-se como condição de vantajosidade, **in verbis**:

Informativo n.º 153/2013 do TCU

5. Para o aperfeiçoamento da contratação e gestão de contratos de prestação de serviços de natureza contínua, recomenda-se à Secretaria de





CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento a incorporação dos seguintes procedimentos à IN/MP 2/2008:

(...)

5.2. Demonstração de vantajosidade econômica da prorrogação contratual, sem a necessidade de pesquisa de mercado, quando previstos requisitos contratuais de reajuste salarial, de índices de preços de insumos e de limites de preço para contratação.

Ainda na representação que analisou aspectos relacionados aos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o Tribunal cuidou da questão da baixa eficiência e efetividade das pesquisas de mercado atualmente para subsidiarem as prorrogações contratuais. O grupo de estudos multi-institucional argumentou que os itens que compõem o custo dos serviços de natureza continuada - remuneração, encargos sociais, insumos e LDI - variam, em grande medida, segundo parâmetros bem definidos, de forma que a realização de nova pesquisa de mercado, no caso de eventual prorrogação contratual, seria medida custosa e burocrática, não retratando, verdadeiramente, o mercado, uma vez que ela tem normalmente levado a preços superiores aos obtidos na licitação. Em seu voto, o relator, diante das informações apresentadas, sugeriu que se entendessem desnecessária a realização de pesquisa junto ao mercado e a outros órgãos/entidades da Administração Pública para a prorrogação de contratos de natureza continuada, desde que as seguintes condições contratuais estejam presentes, assegurando a vantajosidade da prorrogação: a) previsão de que as repactuações de preços envolvendo a folha de salários serão efetuadas somente com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência de lei; b) previsão de que as repactuações de preços envolvendo materiais e insumos (exceto, para estes últimos, quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei), serão efetuadas com base em índices setoriais oficiais, previamente definidos no contrato, a eles correlacionados, ou, na falta de índice setorial oficial específico, por outro índice oficial que guarde maior correlação com o segmento econômico em que estejam inseridos ou adotando, na ausência de índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE. Para o caso particular dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, o relator adicionou ainda a aderência de valores a limites fixado em ato da SLTI/MP. Nos termos do voto do relator, o Plenário manifestou sua anuência. **Acórdão 1214/2013-Plenário, TC 006.156/2011-8, relator Ministro Aroldo Cedraz, 22.5.2013.**

(Grifos nossos)

Tem-se ainda, que para a prorrogação do presente objeto contratual, é permitido que sejam incluídos os quantitativos necessários para fazer frente à respectiva prorrogação de prazo, conforme disposto no subitem 9.2.1 Acórdão nº 1.626/2007 - Plenário, o Tribunal determinou ao Dnit que:

“(...) observe, em contratos de conservação rodoviária, a orientação de que a prorrogação de prazo fundamentada no art. 5º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 pode ser efetuada, desde que com a finalidade de garantir preços e condições mais vantajosas à Administração Municipal de Ubaajara, acompanhada das



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



devidas motivações, em consonância com o interesse público e com o princípio da economicidade, não se admitindo que sejam inseridos, nos planos de trabalho anuais, itens novos não previstos no orçamento original do contrato, uma vez que tal fato descaracteriza o conceito de serviços de prestação continuada; em outras palavras, aqueles instrumentos devem manter os mesmos itens e preços unitários contidos no orçamento do contrato original, permitindo-se, apenas, que sejam incluídos os quantitativos necessários para fazer frente à respectiva prorrogação de prazo, referente ao período de interesse da Administração”.

(Grifos nossos)

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de conservação de todo o acervo documental do Poder Legislativo Municipal, contemplando a guarda, conservação e digitalização do mesmo, visando resguardar o patrimônio público documental do presente órgão desta feita aprimorando os procedimentos de transparência cumprindo os dispositivos da Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei da Transparência, a digitalização de documentos para atendimento à legislação alcançou status de “serviço essencial”, sendo que não foi possível a conclusão da Gestão de Documentação e Digitalização de todo o Acervo Físico da Câmara Municipal, fazendo-se mister a prorrogação contratual para atendimento da demanda de interesse público, sendo portanto comprovado que o os serviços objeto contratual cuidam da execução de atividades essenciais, indispensáveis e necessárias para a Administração a serem feitas de forma permanente, ininterrupta e contínua;

CONSIDERANDO Resposta a Consulta Técnica, datada de 26.02.2018, da lavra da Diretoria de Assistência Técnica e Planejamento - DATEP, através da sua Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios - COTEM, órgão assessorio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE, inclusive apontando como fundamento o acolhimento integral da **Informação Técnica nº 111/01** - Processo nº 2.715/01 - Interessado: Prefeitura Municipal de Amontada-CE, onde resta indubitavelmente comprovado de forma pacífica o entendimento de que os Serviços de “Digitalização”, enquadram-se no rol de serviços de natureza contínua, onde sua interrupção/paralisação causaria prejuízo para a execução das Atividades Administrativas de natureza contínua .

Efetivamente, o serviço objeto da presente demanda, por sua natureza, amolda-se à previsão legal indigitada, vez que prestado de forma contínua, isto para a obtenção da maior vantajosidade para a Administração.

A *prestação* de serviços contínuos, a que aduz a previsão legal invocada, assoma-se em atendimento à necessidade continuada da Administração, que não se perfaz num determinado momento, demandado o tempo necessário aquela satisfação.

Portanto, estando tudo de conformidade com a legislação acima mencionada, somos de **PARECER FAVORÁVEL** a prorrogação do prazo do contrato supra mencionado, pelo período de 12 (doze) meses, assegurando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.





CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



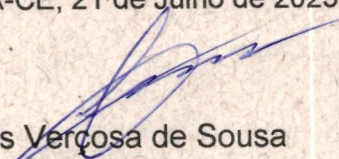
Por derradeiro, cumpre salientar que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Municipal (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES, DOU de 17/05/2011). Como diz JUSTEN FILHO (2014. p. 689) “o essencial é a regularidade dos atos, não a aprovação da assessoria jurídica”, ou seja, o gestor é livre no seu poder de decisão.

Diante do exposto, opino pela aprovação, propondo o retorno à CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE para as providências cabíveis.

É o nosso parecer.

S.M.J.

UBAJARA-CE, 21 de Julho de 2023.


Lucas Vergosa de Sousa
OAB/PI N° 21.793
Portaria n° 005/2023
Procurador Geral da Câmara (PGC)





CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



AUTORIZAÇÃO

Senhor Assessor,

Considerando a necessidade da continuidade dos serviços prestados pela empresa **FRANCISCO CLAUDIO DE MELO - ME**, combinado com o amparo legal ressaltado por nossa assessoria jurídica, autorizamos a prorrogação do prazo contratual por mais **12 (doze) meses**, com vigência a partir de 26 de Julho de 2023, fixando o seu novo vencimento em 26 de Julho de 2024.

UBAJARA-CE, 24 de Julho de 2023.

FILIPE DE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE





CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2022.07.26.01 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA, ATRAVÉS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E A EMPRESA FRANCISCO CLAUDIO DE MELO - ME, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

A **Câmara Municipal de Ubajara**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Monsenhor Gonçalo Eufrásio, 412, Bairro Dep. Grijalva Costa, Ubajara-Ce, CEP: 62.350-000 inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.577.423/0001-55, neste ato representado pelo Presidente do Legislativo Municipal Sr. **FILIFE DE ANDRADE COSTA**, doravante denominada de CONTRATANTE, no final assinado e, de outro lado a empresa **FRANCISCO CLAUDIO DE MELO - ME**, com sede na cidade de Caririáçu, Estado do Ceará à Rua Luiz Rolim, Nº 60, Centro - CEP: 63.220-000, inscrita no CNPJ[MF] n.º 13.663.962/0001-72, representada pelo seu Titular Sr. **FRANCISCO CLAUDIO DE MELO**, inscrito(a) no CPF[MF] nº 836.759.063-53, doravante denominada de CONTRATADA, no final assinado, resolvem firmar o presente Aditivo ao Contrato proveniente da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 001/2022-TP, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA/CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES** em conformidade com as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo do contrato resultante do procedimento licitatório acima referido. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período referente a 12 (doze) meses. Portanto, terá vigência a partir de 26 de Julho de 2023 até 26 de Julho de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São motivos os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de recursos orçamentários. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irão existir recursos para efetivação destes serviços.

3.2 - A prorrogabilidade do contrato em pauta, encontra-se assegurada pelo disposto no inciso II, do art. 57, da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no





CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



instrumento convocatório e contratual. Assegurando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3.3 - Considerando a imperiosa necessidade de conservação de todo o acervo documental do Poder Legislativo Municipal, contemplando a guarda, conservação e digitalização do mesmo, visando resguardar o patrimônio público documental do presente órgão desta feita aprimorando os procedimentos de transparência cumprindo os dispositivos da Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei da Transparência, a digitalização de documentos para atendimento à legislação alcançou status de “serviço essencial”, sendo que não foi possível a conclusão da Gestão de Documentação e Digitalização de todo o Acervo Físico da Câmara Municipal, fazendo-se mister a prorrogação contratual para atendimento da demanda de interesse público, sendo portanto comprovado que os serviços objeto contratual cuidam da execução de atividades essenciais, indispensáveis e necessárias para a Administração a serem feitas de forma permanente, ininterrupta e contínua;

3.4 - Considerando Resposta a Consulta Técnica, datada de 26.02.2018, da lavra da Diretoria de Assistência Técnica e Planejamento - DATEP, através da sua Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios - COTEM, órgão assessorio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE, inclusive apontando como fundamento o acolhimento integral da **Informação Técnica nº 111/01** - Processo nº 2.715/01 - Interessado: Prefeitura Municipal de Amontada-CE, onde resta indubitavelmente comprovado de forma pacífica o entendimento de que os Serviços de “Digitalização”, enquadram-se no rol de serviços de natureza contínua, onde sua interrupção/paralisação causaria prejuízo para a execução das Atividades Administrativas de natureza contínua;

3.5 - Considerando ainda, o entendimento do TCU quanto à desnecessidade da realização de nova pesquisa de mercado, no caso de eventual prorrogação contratual de serviços de natureza contínua, sendo tal medida tida como custosa e burocrática, tendo em vista que a manutenção do preço originalmente contratado por si só caracteriza-se como condição de vantajosidade, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em pauta, com fulcro no **Acórdão 1214/2013-Plenário, TC 006.156/2011-8, relator Ministro Aroldo Cedraz, 22.5.2013, c/c subitem 9.2.1 Acórdão nº 1.626/2007-Plenário** que justifica que para a prorrogação do presente objeto contratual, é permitido que sejam incluídos os quantitativos necessários para fazer frente à respectiva prorrogação de prazo e, considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado ao Legislativo Municipal, combinado com o princípio da economicidade, a CONTRATANTE resolve prorrogar o referido contrato por mais 12 (doze) meses, com fulcro nas razões susobscritas, amparado pelo parecer jurídico junto aos autos, desse modo preservando a supremacia do interesse público e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em tela.

CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

4.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Ubajara-CE para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
01	01	031.0001.2001 - (ASSEGURAR AS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL)	3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica)





CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

UBAJARA-CE, 25 de Julho de 2023.

CONTRATANTE –

FILIFE DE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE

CONTRATADA –

FRANCISCO CLAUDIO DE MELO - ME
CNPJ n.º 13.663.962/0001-72
FRANCISCO CLAUDIO DE MELO
CPF n.º 836.759.063-53
TITULAR

TESTEMUNHAS:

1. Rita de Cássia Cunha Lima

Nome:

CPF n.º: 532.724.803-82

2. Igor Silva Viana

Nome:

CPF n.º: 078.029.283-97





CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE torna público o Extrato do SEGUNDO ADITIVO ao Contrato nº 2022.07.26.01 decorrente do TOMADA DE PREÇOS nº 001/2022-TP.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

UNIDADE ADMINISTRATIVA: CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.01.031.0001.2001 - (ASSEGURAR AS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL)

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica)

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE

CONTRATADA: FRANCISCO CLAUDIO DE MELO - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA/CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

VALOR GLOBAL ATUAL: R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais).

PRAZO DE DURAÇÃO: até 26 de Julho de 2024.

ASSINA PELA CONTRATADA: FRANCISCO CLAUDIO DE MELO

ASSINA PELA CONTRATANTE: FILIPE DE ANDRADE COSTA

UBAJARA - CE, 25 de Julho de 2023.

FILIPE DE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE





CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL

Certificamos que o Extrato do SEGUNDO ADITIVO ao Contrato nº 2022.07.26.01 decorrente do TOMADA DE PREÇOS nº 001/2022-TP, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA/CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES**, foi afixado no dia 25 de Julho de 2023, no flanelógrafo desta Câmara Municipal, conforme estabelece a legislação em vigor.

UBAJARA - CE, 25 de Julho de 2023.

FILIFE DE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE

